



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

AVISO DE DISPENSA Nº 016/2.025

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática e vídeo, incluindo notebooks de uso corporativo e de alto desempenho, visando à complementação para modernização do sistema de sonorização e audiovisual do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, conforme condições, especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 13.676,50 (TREZE MIL SEISCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

PERÍODO PARA CADASTRO DAS PROPOSTAS: de 22/09/2025 até 25/09/2025 às 07:59:59h.

INÍCIO DA FASE DE LANCES: 08h do dia 25/09/2025.

PERÍODO DE LANCES: De 08:00h às 14:00h do dia 25/09/2025.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO TERRITÓRIOS DA REGIÃO CENTRO OESTE DE MINAS GERAIS, de acordo com a https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_02_regplan_listamunicipios.pdf, conforme disposto no Art. 1º, § 1º, do Decreto Municipal nº 0978/2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

Sumário

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2.	PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	4
3.	INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	5
4.	FASE DE LANCES	7
5.	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	8
6.	HABILITAÇÃO	10
7.	CONTRATAÇÃO	12
8.	SANÇÕES	13
9.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	15



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2025.

Processo Administrativo n.º 017/2025.

Torna-se público que a Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, inscrita no CNPJ nº 01.645.137/0001-66, sediada a Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000, Telefone 37 3424-1433/3424-1116 - contato@camaracorregodanta.mg.gov.br por meio do Presidente o Sr. José Costa de Melo, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE** na hipótese do art. 75, **inciso II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais nº 860/24 e 940/24 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 25/09/2025.

Link: www.licitanet.com.br

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de equipamentos e materiais de informática e vídeo, incluindo notebooks de uso corporativo e de alto desempenho, visando à complementação para modernização do sistema de sonorização e audiovisual do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, conforme condições, especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência.**

1.2. A contratação será dividida em lotes, conforme tabela constante abaixo.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	1	NOTEBOOK DE USO CORPORATIVO, NOVO Equipamento de primeiro uso, com as seguintes características técnicas mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Processador: mínimo 6 (seis) núcleos físicos, frequência compatível com desempenho de até 4,5 GHz, cache mínimo de 8 MB ou superior, arquitetura atual de mercado.• Sistema Operacional: compatível com ambientes corporativos, podendo ser Windows 11 Pro, Ubuntu Linux 22.04 LTS ou equivalente.• Placa de Vídeo: integrada ao processador, compatível com resolução Full HD e aceleração gráfica.• Tela: mínimo 15" com resolução Full HD (1920 x 1080), tecnologia que proporcione melhor ângulo de visão (WVA, IPS ou equivalente) e taxa de atualização mínima de 60 Hz.• Memória RAM: mínimo 8 GB DDR4, expansível até pelo menos 16 GB, com 2 (dois) slots disponíveis.• Armazenamento: unidade de estado sólido (SSD) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de 512 GB.• Teclado: em português (Brasil), podendo ou não ser retroiluminado.• Cores: acabamento em tonalidade sóbria (ex.: preto carbono, cinza ou equivalente).• Câmera: integrada, resolução mínima HD (720p) com microfone digital.• Portas mínimas:<ul style="list-style-type: none">o 1 (uma) porta HDMI,o 1 (uma) porta USB Type-C,o 2 (duas) portas USB Type-A (sendo ao menos uma versão 3.0 ou superior),o 1 (um) conector combinado de fone/microfone (headset),o 1 (uma) entrada para alimentação elétrica.o Slots de expansão: suporte a cartão SD ou equivalente; 1 (um) slot M.2 adicional para SSD.• Dimensões e Peso: peso máximo de 2 kg e espessura máxima de 2,5 cm, favorecendo mobilidade.• Garantia: mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em território nacional.	1	R\$ 4.251,88	R\$ 4.251,88
1	2	NOTEBOOK DE ALTO DESEMPENHO (15,6") Descrição mínima exigida: Notebook novo, de primeiro uso, com características técnicas mínimas:	1	R\$ 6.934,98	R\$ 6.934,98



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

		<ul style="list-style-type: none">• Processador: mínimo 10 (dez) núcleos, cache de pelo menos 16 MB, frequência máxima compatível com até 4,5 GHz, de arquitetura atual (ex.: Intel Core i5 13ª geração, ou equivalente AMD).• Sistema Operacional: compatível com ambientes corporativos, podendo ser Windows 11 Pro, Ubuntu Linux 22.04 LTS ou equivalente.• Placa de Vídeo: dedicada, com no mínimo 6 GB de memória GDDR6, compatível com bibliotecas gráficas atuais (ex.: DirectX 12, OpenGL, CUDA ou equivalentes).• Tela: mínimo 15" com resolução Full HD (1920 x 1080), brilho de 250 nits ou superior, taxa de atualização mínima de 120 Hz e tecnologia que garanta boa visualização em diferentes ângulos (ex.: WVA, IPS ou equivalente).• Memória RAM: mínimo 8 GB DDR5, frequência mínima de 4.000 MHz, expansível até pelo menos 32 GB, com 2 (dois) slots disponíveis.• Armazenamento: SSD PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de 256 GB.• Teclado: em português (Brasil), numérico, podendo ou não ser retroiluminado.• Portas mínimas:<ul style="list-style-type: none">1 (uma) porta HDMI (versão 2.0 ou superior),1 (uma) porta USB-C com suporte a DisplayPort,3 (três) portas USB-A 3.0 ou superior,1 (uma) porta RJ45 (Ethernet),1 (um) conector combinado de fone/microfone (headset).• Conectividade: Wi-Fi 6 (802.11ax) ou equivalente, com Bluetooth integrado.• Áudio e câmera: alto-falantes estéreo embutidos e câmera integrada com resolução mínima HD (720p) e microfone digital.• Bateria: mínima de 3 células, com capacidade de pelo menos 50 Wh.• Adaptador de energia: bivolt automático, potência compatível com o equipamento, mínimo de 180W.• Garantia: mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em território nacional.			
1	3	CARREGADOR INTELIGENTE PARA PILHAS RECARREGÁVEIS (AA / AAA) Descrição mínima exigida: <ul style="list-style-type: none">• Carregador novo, de primeiro uso, compatível com pilhas recarregáveis dos tipos AA e AAA, químicas Ni-MH ou Ni-Cd.• Capacidade para recarregar pelo menos 16 pilhas simultaneamente, com canais independentes de carga.• Voltagem de saída por canal: mínimo 1,2 V; corrente suficiente para recarga segura e eficiente (ex.: ~500 mA para AA, ~250 mA para AAA ou proporcional).• Fonte de alimentação bivolt (100-240 V, 50/60 Hz) com adaptador ou fonte compatível, opcionalmente com cabo para alimentação veicular.• Função de proteção contra curto-circuito, sobretensão, polaridade inversa.• Indicador visual de status de carga por pilha (ex: display com barras/níveis) e função tipo "refresh" ou equivalente para pilhas com efeito memória ou não usadas por longo período.• Corte automático de carga após tempo seguro para evitar sobrecarga (ex: limite de ~8 horas ou equivalente).• Peso/ dimensão compatíveis com uso portátil (não é obrigatório ser ultrapotável, mas adequado para transporte).• Garantia mínimo de 12 meses.	1	R\$ 535,49	R\$ 535,49
1	4	CÂMERA BULLET IP <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Câmera do tipo "Bullet" para uso externo/industrial/comercial.• Alimentação: PoE (Power over Ethernet), padrão IEEE 802.3af (ou superior).• Resolução mínima: 2 Megapixels (Full HD – 1920x1080).• Lente fixa: 2,8 mm (ou equivalente que proporcione campo de visão similar).• Proteção ambiental: grau de proteção mínimo IP66 ou IP67, resistente a água e poeira.• Visão noturna: infravermelho para ambientes com pouca luz, com bom alcance mínimo de 20-30 metros.• Tecnologia de compressão: compatível com H.264 / H.265 (ou versões avançadas) para otimização de largura de banda e armazenamento.• Compatibilidade com protocolo ONVIF ou equivalente, para integração com sistemas de videomonitoramento.• Funções de imagem: ajuste automático de dia/noite, redução de ruído	3	R\$ 324,87	R\$ 974,61



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

		(2D/3D DNR), WDR ou ampla faixa dinâmica, detecção de movimento ou alertas básicos (opcional mas recomendado). <ul style="list-style-type: none">• Temperaturas de operação: adequada para uso externo, por exemplo de -20°C a +55°C ou equivalente.• Garantia mínima: 12 (doze) meses, com assistência técnica em território nacional.			
1	5	Switch PoE Switch de Rede com as seguintes características técnicas mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Mínimo de 4 (quatro) portas PoE 10/100 Mbps, compatíveis com o padrão IEEE 802.3af/at (PoE ativo);• Mínimo de 2 (duas) portas Uplink 10/100 Mbps;• Capacidade de comutação mínima de 1,6 Gbps;• Método de transmissão: Store and Forward (armazenamento e encaminhamento);• Alimentação PoE ativa, com proteção contra sobrecarga;• Estrutura física com dimensões adequadas para instalação em mesa (desktop);• Peso aproximado até 1 kg;• Indicado para uso em aplicações de CFTV IP e redes corporativas de pequeno porte;• Garantia mínima de 12 (doze) meses, com suporte em território nacional.	1	R\$ 585,74	R\$ 585,74
1	6	PILHA RECARREGÁVEL DO TIPO AA (TAMANHO PADRÃO, JOGO COM 4 PILHAS) Pilhas estinada à alimentação de microfones sem fio de mesa (tipo gooseneck), compatível com carregadores inteligentes e com alta durabilidade de ciclos. <ul style="list-style-type: none">- Tipo: Pilha recarregável AA- Composição química: Níquel-Hidreto Metálico (NiMH)- Tensão nominal: 1,2/1,5 V- Capacidade mínima: 2500 mAh (real, não nominal)- Formato: AA (HR6)- Ciclos de recarga: ≥ 1000 ciclos completos de carga e descarga- Autodescarga reduzida: tecnologia de baixa autodescarga (mantém ≥ 70% da carga após 12 meses sem uso)- Proteção contra sobrecarga: compatível com carregadores inteligentes com corte automático- Não contém efeito memória.- Pacote com 4 pilhas. - Marcas de Referência: Panasonic Sony Philips Elgin Multilaser	6	R\$ 65,64	R\$ 393,81
TOTAL: R\$ 13.676,50					

1.3. **VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 13.676,50 (TREZE MIL SEISCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

1.4. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.5. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE** observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação todas as pessoas jurídicas, devidamente enquadradas como Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, ou equiparadas, regularmente estabelecidas no país, desde que atuem em ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido e atendam às condições exigidas neste Aviso e seus anexos.

2.2. Não haverá impedimento à participação de empresas sediadas fora da região Centro-Oeste de Minas Gerais

https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_02_regplan_listamunic



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

[ipios.pdf](#), em consonância com o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Entretanto, nos itens cujo valor estimado total seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será concedido tratamento diferenciado e favorecido, assegurando-se às MEI, ME e EPP sediadas na região Centro-Oeste de Minas Gerais, definida no Decreto Municipal nº 978/2024, a preferência de contratação até o limite de 10% (dez por cento) sobre o menor preço válido ofertado, conforme previsto no art. 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

2.3. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante utilização de certificado digital para acesso ao Sistema de Dispensa Eletrônica da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, disponível no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br>.

2.3.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor de anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.4.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.4.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio da Plataforma Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la até o horário pré-estabelecido para a abertura da sessão, ficando impossibilitadas tais operações após o início do certame;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, que leu, compreendeu, concorda e aceita às seguintes declarações:

3.10. DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema

VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IX - que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

X - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60.:

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

FASE DE LANCES



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

- 3.11. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 3.12. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 3.12.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 3.13. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 3.13.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 3.13.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *1% (um por cento)*.
- 3.14. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 3.15. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 3.16. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 3.17. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 3.17.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 4.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 4.5.1. conter vícios insanáveis;
 - 4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante.

4.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

5.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.*

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

6.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

6.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

6.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

6.6. De acordo com o art. 95 da Lei nº 14.133/21, o termo de contrato é facultativo nas contratações fundadas no art. 75, incisos I e II (dispensa por valor) e no caso de compras com entrega imediata.

6.7. Caso não haja termo de contrato, este poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, como carta contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos quais deve constar expressamente a vinculação à proposta e aos termos do aviso de dispensa. A redação do presente tópico procura abarcar ambas as hipóteses, sem prejuízo de eventuais ajustes que se façam necessários.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

- 7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 7.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 7.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. O procedimento será divulgado na Plataforma Licitanet e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 - 8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 8.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 8.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 8.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
 - 8.13.2. ANEXO II – Termo de Referência/ETP
 - 8.13.3. ANEXO III – Modelo de Proposta;

Córrego Danta/MG, 19 de setembro de 2025.

José Costa de Melo
Presidente da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Aquisição de equipamentos e materiais de informática e vídeo, incluindo notebooks de uso corporativo e de alto desempenho, visando à complementação para modernização do sistema de sonorização e audiovisual do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, conforme condições, especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	1	NOTEBOOK DE USO CORPORATIVO, NOVO Equipamento de primeiro uso, com as seguintes características técnicas mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Processador: mínimo 6 (seis) núcleos físicos, frequência compatível com desempenho de até 4,5 GHz, cache mínimo de 8 MB ou superior, arquitetura atual de mercado.• Sistema Operacional: compatível com ambientes corporativos, podendo ser Windows 11 Pro, Ubuntu Linux 22.04 LTS ou equivalente.• Placa de Vídeo: integrada ao processador, compatível com resolução Full HD e aceleração gráfica.• Tela: mínimo 15" com resolução Full HD (1920 x 1080), tecnologia que proporcione melhor ângulo de visão (WVA, IPS ou equivalente) e taxa de atualização mínima de 60 Hz.• Memória RAM: mínimo 8 GB DDR4, expansível até pelo menos 16 GB, com 2 (dois) slots disponíveis.• Armazenamento: unidade de estado sólido (SSD) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de 512 GB.• Teclado: em português (Brasil), podendo ou não ser retroiluminado.• Cores: acabamento em tonalidade sóbria (ex.: preto carbono, cinza ou equivalente).• Câmera: integrada, resolução mínima HD (720p) com microfone digital. Portas mínimas: <ul style="list-style-type: none">o 1 (uma) porta HDMI,o 1 (uma) porta USB Type-C,o 2 (duas) portas USB Type-A (sendo ao menos uma versão 3.0 ou superior),o 1 (um) conector combinado de fone/microfone (headset),o 1 (uma) entrada para alimentação elétrica. Slots de expansão: suporte a cartão SD ou equivalente; 1 (um) slot M.2 adicional para SSD. • Dimensões e Peso: peso máximo de 2 kg e espessura máxima de 2,5 cm, favorecendo mobilidade. • Garantia: mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em território nacional.	1	R\$ 4.251,88	R\$ 4.251,88
1	2	NOTEBOOK DE ALTO DESEMPENHO (15,6") Descrição mínima exigida: Notebook novo, de primeiro uso, com características técnicas mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Processador: mínimo 10 (dez) núcleos, cache de pelo menos 16 MB, frequência máxima compatível com até 4,5 GHz, de arquitetura atual (ex.: Intel Core i5 13ª geração, ou equivalente AMD).• Sistema Operacional: compatível com ambientes corporativos, podendo ser Windows 11 Pro, Ubuntu Linux 22.04 LTS ou equivalente.• Placa de Vídeo: dedicada, com no mínimo 6 GB de memória GDDR6, compatível com bibliotecas gráficas atuais (ex.: DirectX 12, OpenGL, CUDA ou equivalentes).• Tela: mínimo 15" com resolução Full HD (1920 x 1080), brilho de 250 nits ou superior, taxa de atualização mínima de 120 Hz e tecnologia que garanta boa visualização em diferentes ângulos (ex.: WVA, IPS ou equivalente).• Memória RAM: mínimo 8 GB DDR5, frequência mínima de 4.000 MHz, expansível até pelo menos 32 GB, com 2 (dois) slots disponíveis.• Armazenamento: SSD PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de 256 GB.• Teclado: em português (Brasil), numérico, podendo ou não ser retroiluminado. Portas mínimas: <ul style="list-style-type: none">1 (uma) porta HDMI (versão 2.0 ou superior),	1	R\$ 6.934,98	R\$ 6.934,98



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

		<p>1 (uma) porta USB-C com suporte a DisplayPort, 3 (três) portas USB-A 3.0 ou superior, 1 (uma) porta RJ45 (Ethernet), 1 (um) conector combinado de fone/microfone (headset). • Conectividade: Wi-Fi 6 (802.11ax) ou equivalente, com Bluetooth integrado. • Áudio e câmera: alto-falantes estéreo embutidos e câmera integrada com resolução mínima HD (720p) e microfone digital. • Bateria: mínima de 3 células, com capacidade de pelo menos 50 Wh. • Adaptador de energia: bivolt automático, potência compatível com o equipamento, mínimo de 180W. • Garantia: mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em território nacional.</p>			
1	3	<p>CARREGADOR INTELIGENTE PARA PILHAS RECARREGÁVEIS (AA / AAA) Descrição mínima exigida: • Carregador novo, de primeiro uso, compatível com pilhas recarregáveis dos tipos AA e AAA, químicas Ni-MH ou Ni-Cd. • Capacidade para recarregar pelo menos 16 pilhas simultaneamente, com canais independentes de carga. • Voltagem de saída por canal: mínimo 1,2 V; corrente suficiente para recarga segura e eficiente (ex.: ~500 mA para AA, ~250 mA para AAA ou proporcional). • Fonte de alimentação bivolt (100-240 V, 50/60 Hz) com adaptador ou fonte compatível, opcionalmente com cabo para alimentação veicular. • Função de proteção contra curto-circuito, sobretemperatura, polaridade inversa. • Indicador visual de status de carga por pilha (ex: display com barras/níveis) e função tipo "refresh" ou equivalente para pilhas com efeito memória ou não usadas por longo período. • Corte automático de carga após tempo seguro para evitar sobrecarga (ex: limite de ~8 horas ou equivalente). • Peso/ dimensão compatíveis com uso portátil (não é obrigatório ser ultraportátil, mas adequado para transporte). • Garantia mínimo de 12 meses.</p>	1	R\$ 535,49	R\$ 535,49
1	4	<p>CÂMERA BULLET IP • Tipo: Câmera do tipo "Bullet" para uso externo/industrial/comercial. • Alimentação: PoE (Power over Ethernet), padrão IEEE 802.3af (ou superior). • Resolução mínima: 2 Megapixels (Full HD – 1920x1080). • Lente fixa: 2,8 mm (ou equivalente que proporcione campo de visão similar). • Proteção ambiental: grau de proteção mínimo IP66 ou IP67, resistente a água e poeira. • Visão noturna: infravermelho para ambientes com pouca luz, com bom alcance mínimo de 20-30 metros. • Tecnologia de compressão: compatível com H.264 / H.265 (ou versões avançadas) para otimização de largura de banda e armazenamento. • Compatibilidade com protocolo ONVIF ou equivalente, para integração com sistemas de videomonitoramento. • Funções de imagem: ajuste automático de dia/noite, redução de ruído (2D/3D DNR), WDR ou ampla faixa dinâmica, detecção de movimento ou alertas básicos (opcional mas recomendado). • Temperaturas de operação: adequada para uso externo, por exemplo de -20°C a +55°C ou equivalente. • Garantia mínima: 12 (doze) meses, com assistência técnica em território nacional.</p>	3	R\$ 324,87	R\$ 974,61
1	5	<p>Switch PoE Switch de Rede com as seguintes características técnicas mínimas: • Mínimo de 4 (quatro) portas PoE 10/100 Mbps, compatíveis com o padrão IEEE 802.3af/at (PoE ativo); • Mínimo de 2 (duas) portas Uplink 10/100 Mbps; • Capacidade de comutação mínima de 1,6 Gbps; • Método de transmissão: Store and Forward (armazenamento e encaminhamento); • Alimentação PoE ativa, com proteção contra sobrecarga; • Estrutura física com dimensões adequadas para instalação em mesa (desktop); • Peso aproximado até 1 kg; • Indicado para uso em aplicações de CFTV IP e redes corporativas de</p>	1	R\$ 585,74	R\$ 585,74



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

		pequeno porte; • Garantia mínima de 12 (doze) meses, com suporte em território nacional.			
1	6	PILHA RECARREGÁVEL DO TIPO AA (TAMANHO PADRÃO, JOGO COM 4 PILHAS) Pilhas destinada à alimentação de microfones sem fio de mesa (tipo gooseneck), compatível com carregadores inteligentes e com alta durabilidade de ciclos. - Tipo: Pilha recarregável AA - Composição química: Níquel-Hidreto Metálico (NiMH) - Tensão nominal: 1,2/1,5 V - Capacidade mínima: 2500 mAh (real, não nominal) - Formato: AA (HR6) - Ciclos de recarga: ≥ 1000 ciclos completos de carga e descarga - Autodescarga reduzida: tecnologia de baixa autodescarga (mantém ≥ 70% da carga após 12 meses sem uso) - Proteção contra sobrecarga: compatível com carregadores inteligentes com corte automático - Não contém efeito memória. - Pacote com 4 pilhas. - Marcas de Referência: Panasonic Sony Philips Elgin Multilaser	6	R\$ 65,64	R\$ 393,81
TOTAL: R\$ 13.676,50					

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Por se tratar de entrega imediata, não será necessária a lavratura de contrato, sendo o mesmo substituído pela Nota de Autorização de Fornecimento – NAF.

2. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO (art. 6º, XXIII, “h” da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A contratação será realizada por meio de Dispensa de licitação na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos do Inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando se tratar de aquisição de bem comum.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a necessidade de contratação de empresa especializada para a complementação do processo de modernização do sistema de sonorização e audiovisual do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG.

3.2. Recentemente foi realizada a aquisição e instalação de equipamentos de som, vídeo e informática, dando início à primeira etapa da modernização do Plenário. Entretanto, após a instalação dos novos equipamentos, constatou-se a incompatibilidade de determinados componentes antigos, que inicialmente se pretendia aproveitar, mas que, na prática, comprometeram a integração plena do sistema.

3.3. Soma-se a isso o fato de que a primeira aquisição resultou em economia significativa em relação ao valor inicialmente estimado, o que possibilita a utilização responsável dos recursos orçamentários remanescentes para a aquisição dos equipamentos adicionais necessários à finalização do projeto de modernização.

3.4. A continuidade da atualização tecnológica é imprescindível para superar falhas ainda presentes, como episódios de microfonia, ruídos, baixa qualidade de áudio e limitações de compatibilidade, que prejudicam o pleno andamento das sessões legislativas, audiências públicas e demais eventos institucionais realizados no Plenário.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

3.5. Uma sonorização e um sistema audiovisual adequados são fundamentais para assegurar clareza e objetividade na comunicação entre parlamentares, servidores e público, bem como para garantir a qualidade das transmissões online, promovendo maior transparência e ampliando o acesso da população às atividades legislativas, em consonância com os princípios da publicidade e da eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

3.6. Assim, a contratação ora justificada visa assegurar a conclusão do processo de modernização já em curso, resultando em um sistema integrado, confiável e eficiente, com reflexos diretos na qualidade da comunicação institucional, no atendimento ao público e no fortalecimento da transparência da atuação do Poder Legislativo Municipal de Córrego Danta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Somente poderão participar empresas que:

- a) Estejam regularmente constituídas e legalmente habilitadas;
- b) Atuem no ramo pertinente ao objeto da contratação;
- c) Apresentem documentação fiscal regular e válida;
- d) Comproven regularidade sanitária por meio de Alvará de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária do município de sua sede, conforme exigência sanitária vigente.

4.2. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e administrativos, indispensáveis para o alcance dos objetivos da Câmara Municipal:

Requisitos Técnicos

4.3. Os materiais e equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, de primeira linha, com garantia mínima de 12 (doze) meses e estar em perfeitas condições de uso, compatíveis com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

4.4. Todos os produtos deverão apresentar manuais de instalação e operação em português, quando aplicável, e ser entregues prontos para uso.

4.5. Os equipamentos de som deverão possuir tecnologia atualizada, que garanta a nitidez do áudio, redução de ruídos e facilidade de operação, sendo compatíveis com o ambiente de plenário.

4.6. Os itens de informática, como computador e acessórios, deverão possuir configuração compatível com os softwares utilizados na operação de som, gravação e transmissão, possibilitando integração com o sistema existente.

4.7. O fornecedor deverá apresentar, no momento da proposta, catálogo técnico ilustrado ou ficha descritiva dos equipamentos ofertados, com informações como marca, modelo, especificações detalhadas e certificações aplicáveis.

Requisitos Operacionais

4.8. Os itens contratados deverão ser entregues no endereço da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, no prazo máximo estipulado em edital, devidamente embalados e com nota fiscal emitida conforme legislação vigente.

4.9. Em caso de defeitos de fabricação ou problemas identificados no recebimento, os equipamentos deverão ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal.

Requisitos Administrativos e Jurídicos

4.10. A empresa deverá estar regularmente constituída, com objeto social compatível com o fornecimento dos itens licitados, e apresentar toda a documentação exigida para habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, conforme os artigos da Lei nº 14.133/2021.

4.11. O contrato firmado deverá prever cláusulas de penalidade em caso de descumprimento das obrigações, bem como os critérios de recebimento, aceitação e garantia do objeto.

4.12. A contratação deverá observar o princípio da vantajosidade, com base em pesquisa prévia de preços e análise comparativa de propostas compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

4.13. O cumprimento integral destes requisitos será essencial para assegurar a qualidade e a funcionalidade dos equipamentos adquiridos, contribuindo diretamente para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Poder Legislativo Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto contratado, consistente no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e vídeo, ocorrerá de forma integral, em lote fechado, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, após emissão da Nota de Empenho pela Câmara Municipal de Córrego Danta/MG.

Condições de fornecimento e logística

5.2. Os itens deverão ser entregues mediante requisição formal da Câmara Municipal, enviada preferencialmente por correio eletrônico à empresa vencedora, com base na Autorização de Fornecimento (Nota de Empenho).

5.3. O prazo para entrega dos itens será de até 10 (dez) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento.

O local de entrega será:

5.4. Câmara Municipal de Córrego Danta/MG – Rua Adão Dantas, nº 158, bairro – Centro – Córrego Danta/MG.

5.5. O recebimento dos materiais ocorrerá em dias úteis, no horário de expediente da Câmara, das 08h00 às 16h00, mediante agendamento prévio.

5.6. Todos os encargos logísticos e custos com transporte, tributos e demais obrigações acessórias correrão por conta exclusiva da contratada, sendo vedada qualquer cobrança adicional à Administração.

Embalagem e acondicionamento

5.7. Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, lacradas, sem sinais de violação, com identificação clara do fabricante, modelo, número de série (se aplicável), e demais elementos necessários à conferência e rastreabilidade.

5.8. O acondicionamento deverá ser adequado à natureza e fragilidade dos equipamentos, visando preservar a integridade física dos itens durante o transporte e armazenamento.

Recebimento dos materiais

5.9. O recebimento dos bens será realizado em duas etapas, conforme previsto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021:

5.10. **Recebimento Provisório:** realizado no ato da entrega, para verificação da integridade física dos produtos e da conformidade com a nota fiscal e quantitativos contratados;

5.11. **Recebimento Definitivo:** condicionado à verificação técnica dos equipamentos, testes de funcionamento e atesto formal do fiscal designado.

5.12. O recebimento definitivo e a liberação para pagamento somente ocorrerão mediante o atestamento do Fiscal do Contrato, devidamente designado por ato da Presidência da Câmara.

5.13. Após o recebimento definitivo, será autorizado o pagamento dentro do prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado da apresentação da nota fiscal eletrônica e da documentação exigida, conforme disposto no edital.

Penalidades por descumprimento

5.14. O atraso injustificado na entrega dos bens implicará aplicação de multa de mora diária, conforme previsto no edital e contrato administrativo.

5.15. O descumprimento dos prazos, a entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas ou com vícios de qualidade, poderá ensejar sanções administrativas, como advertência, multa, suspensão de contratar com a Administração Pública, ou rescisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.16. As condições, percentuais e gradações das penalidades constarão expressamente do instrumento convocatório, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

6. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto será regida pelas disposições constantes na Nota de Empenho e na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), emitidas pela Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, em conformidade com as regras estabelecidas no Termo de Referência e nos termos da Lei nº 14.133/2021. A empresa contratada e a Administração deverão observar fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

6.2. Todas as comunicações formais entre a Câmara Municipal e a empresa contratada deverão ser feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail institucional), salvo quando a forma física se mostrar necessária por exigência do ato ou da Administração.

6.3. A Câmara poderá convocar, a qualquer tempo, representantes da empresa para reuniões de alinhamento, esclarecimentos técnicos ou adoção de providências imediatas quanto à execução do objeto.

6.4. Após a emissão da Nota de Empenho e/ou da NAF, poderá ser realizada reunião de alinhamento inicial, para apresentação do plano de recebimento e fiscalização, contemplando os seguintes aspectos: obrigações da contratada, estratégias de entrega e recebimento, prazos, critérios de conferência e atesto, controle de qualidade, responsabilidades e sanções aplicáveis.

Fiscalização da Execução

Fiscalização Técnica

6.5. A fiscalização técnica será exercida por servidor designado pela Presidência da Câmara Municipal, que acompanhará a entrega e a conformidade técnica dos materiais e equipamentos fornecidos, observando rigorosamente as especificações do Termo de Referência.

6.6. O fiscal técnico anotará todas as ocorrências relevantes em registro próprio, emitirá notificações em caso de não conformidade e comunicará ao gestor qualquer situação que requeira providências fora do seu alcance de atuação.

6.7. Caso necessário, o fiscal técnico poderá solicitar testes de funcionamento ou apresentação de documentos de garantia, procedência e certificação dos equipamentos.

Fiscalização Administrativa

6.8. A fiscalização administrativa será responsável por verificar a regularidade documental da empresa, o cumprimento das condições de habilitação e o acompanhamento do processo de liquidação e pagamento.

6.9. Também caberá à fiscalização administrativa zelar pela observância dos prazos, correta emissão da nota fiscal e adequação da entrega às exigências legais e orçamentárias da Câmara Municipal.

Gestão do Objeto

6.10. A gestão do fornecimento será realizada por servidor indicado como Gestor da NAF, responsável por coordenar o processo de fiscalização, consolidar os registros e relatórios dos fiscais, verificar o cumprimento das obrigações assumidas e conduzir os trâmites de liquidação da despesa.

6.11. O gestor deverá garantir a conformidade da entrega com os termos do Termo de Referência, identificar eventuais desvios e providenciar a adoção de medidas corretivas ou aplicação de penalidades, quando necessário, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

6.12. Ao final da execução, o gestor deverá elaborar relatório conclusivo quanto à regularidade do fornecimento, desempenho da contratada e atingimento dos objetivos previstos na contratação.

6.13. Se desejar, posso elaborar agora a conclusão do ETP, a Declaração de Não Classificação como Bem de Luxo ou o quadro-resumo final.

6.13.1. GESTOR DA CONTRATAÇÃO: José Costa de Melo – E-mail: contabilidade@camaracd@gmail.mg.gov.br.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (dias) corrido a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exercer a fiscalização e o acompanhamento do fornecimento dos itens adquiridos, bem como atestar a Nota Fiscal emitida pela contratada.

8.2. Designar servidor ou comissão responsável para proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, ou, quando for o caso, rejeitá-lo fundamentadamente.

8.3. Vetar o uso de qualquer produto que considere incompatível com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência e na proposta da contratada.

8.4. Exigir o fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, inclusive recusando materiais que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas.

8.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme as condições estabelecidas no item "7 – Condições de Pagamento" deste Termo de Referência.

8.6. Destinar local apropriado para a guarda e armazenamento das peças recebidas, garantindo sua integridade até o uso.

8.7. Receber o objeto nas condições, prazos e especificações previstas neste Termo de Referência.

8.8. Notificar a contratada, por escrito, quanto à ocorrência de falhas, vícios ou irregularidades no fornecimento, fixando prazo para a devida correção.

8.9. Aplicar à contratada as sanções administrativas previstas em caso de inexecução parcial ou total do objeto, observados os prazos legais e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Fornecer os materiais e equipamentos em conformidade com os quantitativos, prazos, locais e padrões de qualidade estabelecidos pela contratante neste Termo de Referência.

9.2. Realizar as entregas conforme cronograma estabelecido, com as peças devidamente embaladas, responsabilizando-se pela substituição, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, das peças que apresentarem defeitos, vícios, divergências nas especificações ou embalagens danificadas, contados a partir da comunicação formal da contratante.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, quaisquer itens que apresentem vícios, defeitos ou inadequações em desacordo com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

9.4. A inobservância ao disposto nos subitens 9.1 e 9.2 implicará na suspensão do pagamento até a completa regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

9.5. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas na contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

9.6. Assumir inteira responsabilidade pela qualidade e garantia dos produtos fornecidos, facultando à contratante o direito de recusá-los, total ou parcialmente, caso não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas, inclusive quanto à logomarca, quando exigida.

9.7. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos com tributos, fretes, seguros e descarregamento das mercadorias no local designado pela contratante, sem qualquer ônus adicional ao Município.

9.8. Comunicar ao gestor ou fiscal do contrato, por escrito, tão logo verifique qualquer fato que possa comprometer a execução das obrigações contratuais, indicando as providências propostas.

9.9. Informar à contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, quaisquer impedimentos que inviabilizem o cumprimento do prazo estabelecido, devidamente justificados.

9.10. Cumprir integralmente todas as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato e nas normas complementares aplicáveis à execução do objeto.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. A presente contratação poderá ser realizada mediante Dispensa de Licitação na forma Eletrônica.

10.2. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, então fica subentendido que a proposta vencedora será a que melhor cumprir, todos os critérios deste termo de referência, ou seja a **MELHOR** proposta.

Forma de fornecimento

10.3. O fornecimento do objeto será EM PARCELA ÚNICA E IMEDIATA.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

10.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.16. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 13.676,50 (TREZE MIL SEISCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA 2025.

UNIDADE	CLASSIFICAÇÃO/DOTAÇÃO	DR	FICHA
01.01.01	01.031.0001.1001.4.4.90.52.	1.500	1
01.01.01	01.031.0001.2001.3.3.90.30	1.500	6

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

13.1. A presente contratação será formalizada por meio da emissão de Nota de Empenho, instrumento hábil que substitui o contrato administrativo nos termos do §3º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e da correspondente Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), que conterà as condições de execução, entrega e pagamento.

13.2. A vigência da contratação estará limitada à validade da Nota de Empenho emitida, respeitado o prazo necessário para a entrega dos bens e sua devida conferência e atesto por parte da Administração, nos termos do artigo 94, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A empresa contratada deverá manter, durante todo o período de vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de seleção, bem como observar rigorosamente os prazos, especificações técnicas e demais obrigações definidas no Termo de Referência.

13.4. A contratação será regida pelos dispositivos legais constantes na Lei nº 14.133/2021, pelos princípios que regem a Administração Pública, bem como pelas cláusulas expressas na Nota de Empenho, no Termo de Referência e na proposta vencedora, que formarão o conjunto de documentos vinculantes da relação contratual.

13.5. Eventuais penalidades por descumprimento contratual, como atraso na entrega, fornecimento em desacordo ou inexecução parcial ou total, poderão ser aplicadas conforme previsto nos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

14.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem observar o princípio do parcelamento, sempre que técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a competitividade, garantir a seleção da proposta mais vantajosa e assegurar a economicidade nas contratações públicas.

14.2. Considerando a diversidade dos itens envolvidos na presente contratação — que contempla tanto materiais e equipamentos de som profissional quanto materiais e equipamentos de informática e apoio tecnológico — optou-se pelo parcelamento da solução em dois lotes distintos, estruturados de acordo com a natureza funcional e técnica de cada grupo de bens.

14.3. O parcelamento permite:

- a) Maior competitividade, ao possibilitar a participação de empresas especializadas em cada segmento;
- b) Redução de riscos técnicos, evitando o fornecimento inadequado por parte de empresas sem expertise em todos os itens;
- c) Melhoria na gestão do recebimento e fiscalização, com lotes tecnicamente coesos;
- d) Preservação da economicidade, com possibilidade de obtenção de melhores preços por lote;
- e) Atendimento às necessidades da Câmara Municipal sem comprometer a qualidade técnica da solução.

14.4. Dessa forma, o parcelamento da solução mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, além de compatível com os objetivos da contratação, sem prejuízo à integralidade e funcionalidade da solução como um todo, em conformidade com os princípios da eficiência, competitividade e vantajosidade previstos na legislação vigente.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5. fraudar a licitação

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Córrego Danta/MG, 18 de setembro de 2025

José Costa de Melo
Presidente da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

ADENDO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

1.1. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, visando aferir a viabilidade técnica e econômica para a Aquisição de equipamentos e materiais de informática e vídeo, incluindo notebooks de uso corporativo e de alto desempenho, visando à complementação para modernização do sistema de sonorização e audiovisual do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, conforme condições, especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

1.2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

1.2.1. Ainda que a Câmara Municipal de Córrego Danta/MG não disponha formalmente de um Plano de Contratações Anual (PCA) estruturado nos moldes recomendados pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2019, a presente demanda está devidamente contemplada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025, por meio de dotação orçamentária vinculada às ações do Legislativo Municipal.

1.2.2. A previsão orçamentária refere-se à manutenção e ao aprimoramento das atividades legislativas, especialmente aquelas relacionadas à publicidade dos atos parlamentares, transparência institucional e acesso da população às sessões plenárias, sendo plenamente compatível com o objeto desta contratação. Dessa forma, a despesa possui respaldo legal e financeiro para sua execução, nos termos da legislação vigente.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a necessidade de contratação de empresa especializada para a complementação do processo de modernização do sistema de sonorização e audiovisual do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG.

2.2. Recentemente foi realizada a aquisição e instalação de equipamentos de som, vídeo e informática, dando início à primeira etapa da modernização do Plenário. Entretanto, após a instalação dos novos equipamentos, constatou-se a incompatibilidade de determinados componentes antigos, que inicialmente se pretendia aproveitar, mas que, na prática, comprometeram a integração plena do sistema.

2.3. Soma-se a isso o fato de que a primeira aquisição resultou em economia significativa em relação ao valor inicialmente estimado, o que possibilita a utilização responsável dos recursos orçamentários remanescentes para a aquisição dos equipamentos adicionais necessários à finalização do projeto de modernização.

2.4. A continuidade da atualização tecnológica é imprescindível para superar falhas ainda presentes, como episódios de microfonia, ruídos, baixa qualidade de áudio e limitações de compatibilidade, que prejudicam o pleno andamento das sessões legislativas, audiências públicas e demais eventos institucionais realizados no Plenário.

2.5. Uma sonorização e um sistema audiovisual adequados são fundamentais para assegurar clareza e objetividade na comunicação entre parlamentares, servidores e público, bem como para garantir a qualidade das transmissões online, promovendo maior transparência e ampliando o acesso da população às atividades legislativas, em consonância com os princípios da publicidade e da eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

2.6. Assim, a contratação ora justificada visa assegurar a conclusão do processo de modernização já em curso, resultando em um sistema integrado, confiável e eficiente, com reflexos diretos na qualidade da comunicação institucional, no atendimento ao público e no fortalecimento da transparência da atuação do Poder Legislativo Municipal de Córrego Danta.

3. DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA

3.1. Considerando a necessidade de modernizar o sistema audiovisual e de informática do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, de forma a garantir qualidade técnica, clareza nas transmissões, eficiência operacional e maior acessibilidade às atividades legislativas, identificam-se as seguintes alternativas como soluções possíveis:

a) **Manutenção e reaproveitamento dos equipamentos existentes:** Consiste na tentativa de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos ainda presentes no Plenário. Embora represente solução de menor custo imediato, mostra-se limitada pela obsolescência de alguns componentes, ausência de peças de reposição e defasagem tecnológica, o que compromete a efetividade e a integração plena do sistema já em processo de modernização.

b) **Locação temporária de equipamentos audiovisuais e de informática:** Alternativa aplicável apenas para demandas pontuais, como eventos específicos ou sessões solenes, mas que não atende à necessidade



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

continua de funcionamento do Plenário. Além disso, representa custo recorrente sem geração de patrimônio público, exigindo logística periódica de montagem e desmontagem, o que pode afetar a regularidade e a confiabilidade das atividades legislativas.

c) **Aquisição de novos materiais e equipamentos audiovisuais e de informática compatíveis com os já adquiridos:** Configura-se como a solução mais adequada e definitiva para a modernização do Plenário. Considerando que já foram realizadas aquisições no presente exercício, torna-se imprescindível adquirir equipamentos adicionais que assegurem plena compatibilidade tecnológica, padronização do sistema, atualização de recursos e integração entre os módulos já instalados. Essa alternativa garante qualidade superior nas transmissões, aumento da confiabilidade operacional e consolidação de um patrimônio público duradouro, com vida útil prolongada e possibilidade de manutenção futura.

3.2. Diante da análise das alternativas apresentadas, conclui-se que a aquisição de novos equipamentos, compatíveis com os já adquiridos, representa a solução mais eficiente, econômica e sustentável para atender às necessidades da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, assegurando a conclusão da modernização do Plenário com ganhos reais em qualidade, eficiência e transparência institucional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução definida para atender à necessidade da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG consiste na aquisição de materiais e equipamentos de informática e audiovisual, de forma complementar e integrada, visando à modernização completa do Plenário. O objetivo é proporcionar melhorias significativas na qualidade das sessões legislativas, bem como nas transmissões ao vivo e nas gravações audiovisuais disponibilizadas à população.

4.2. A solução incluirá a aquisição de equipamentos audiovisuais, como câmeras de vídeo de alta definição, sistemas de captura e transmissão digital, projetores ou painéis de imagem, monitores de apoio, cabos e acessórios técnicos, além de equipamentos de informática necessários, como computadores, telas de operação e softwares compatíveis para gestão, transmissão e arquivamento do conteúdo.

4.3. Os itens serão adquiridos em conformidade com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, priorizando equipamentos de qualidade comprovada, de marcas consolidadas no mercado, com garantia e assistência técnica disponíveis no país.

4.4. A implementação desta solução permitirá:

- a) Maior qualidade de imagem nas transmissões e gravações;
- b) Acessibilidade ampliada para o público, tanto presencial quanto remoto, por meio de sistemas digitais estáveis;
- c) Estrutura adequada para gravação, transmissão e arquivamento digital das sessões;
- d) Integração tecnológica entre os equipamentos já adquiridos e os que serão incorporados;
- e) Fortalecimento da transparência institucional e da profissionalização das atividades legislativas.

4.5. A adoção desta solução atende ao interesse público, ao princípio da eficiência administrativa e à crescente demanda por qualidade, inovação e transparência nos trabalhos do Poder Legislativo Municipal.

5. REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

5.1. **Somente poderão participar empresas que:**

- a) Estejam regularmente constituídas e legalmente habilitadas;
- b) Atuem no ramo pertinente ao objeto da contratação, especialmente com fornecimento de equipamentos de som e/ou informática;
- c) Apresentem documentação fiscal regular e válida, conforme exigido pela legislação vigente.

5.2. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e administrativos, indispensáveis para o alcance dos objetivos da Câmara Municipal:

Requisitos Técnicos



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

5.3. Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, de primeira linha, com garantia mínima de 12 (doze) meses e estar em perfeitas condições de uso, compatíveis com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

5.4. Todos os produtos deverão apresentar manuais de instalação e operação em português, quando aplicável, e ser entregues prontos para uso.

5.5. Os equipamentos de som deverão possuir tecnologia atualizada, que garanta a nitidez do áudio, redução de ruídos e facilidade de operação, sendo compatíveis com o ambiente de plenário.

5.6. Os itens de informática, como computador e acessórios, deverão possuir configuração compatível com os softwares utilizados na operação de som, gravação e transmissão, possibilitando integração com o sistema existente.

5.7. O fornecedor deverá apresentar, no momento da proposta, catálogo técnico ilustrado ou ficha descritiva dos equipamentos ofertados, com informações como marca, modelo, especificações detalhadas e certificações aplicáveis.

Requisitos Operacionais

5.8. Os itens contratados deverão ser entregues no endereço da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, no prazo máximo estipulado em edital, devidamente embalados e com nota fiscal emitida conforme legislação vigente.

5.9. A empresa contratada deverá oferecer suporte técnico para instalação e orientação inicial sobre o funcionamento dos equipamentos, caso solicitado pela Administração.

5.10. Em caso de defeitos de fabricação ou problemas identificados no recebimento, os equipamentos deverão ser substituídos ou reparados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal.

Requisitos Administrativos e Jurídicos

5.11. A empresa deverá estar regularmente constituída, com objeto social compatível com o fornecimento dos itens licitados, e apresentar toda a documentação exigida para habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, conforme os artigos da Lei nº 14.133/2021.

5.12. O contrato firmado deverá prever cláusulas de penalidade em caso de descumprimento das obrigações, bem como os critérios de recebimento, aceitação e garantia do objeto.

5.13. A contratação deverá observar o princípio da vantajosidade, com base em pesquisa prévia de preços e análise comparativa de propostas compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

5.14. O cumprimento integral destes requisitos será essencial para assegurar a qualidade e a funcionalidade dos equipamentos adquiridos, contribuindo diretamente para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Poder Legislativo Municipal.

6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. O quantitativo estimado para a presente contratação foi definido com base exclusivamente no levantamento da demanda atual da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, considerando o planejamento financeiro e orçamentário para o exercício de 2025.

6.2. O objetivo da definição do quantitativo é assegurar que a contratação pública atenda com suficiência, eficiência e economicidade as ações planejadas, sem gerar excesso de estoque ou subutilização de recursos públicos.

6.3. Abaixo, seguem relacionados os itens e seus quantitativos estimados:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
		NOTEBOOK DE USO CORPORATIVO, NOVO	
		Equipamento de primeiro uso, com as seguintes características técnicas mínimas:	
1	1	<ul style="list-style-type: none">• Processador: mínimo 6 (seis) núcleos físicos, frequência compatível com desempenho de até 4,5 GHz, cache mínimo de 8 MB ou superior, arquitetura atual de mercado.• Sistema Operacional: compatível com ambientes corporativos, podendo ser Windows 11 Pro, Ubuntu Linux 22.04 LTS ou equivalente.• Placa de Vídeo: integrada ao processador, compatível com resolução Full HD e aceleração gráfica.• Tela: mínimo 15" com resolução Full HD (1920 x 1080), tecnologia que proporcione melhor ângulo de visão (WVA, IPS ou equivalente) e taxa de atualização mínima de 60 Hz.	1



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

		<ul style="list-style-type: none">• Memória RAM: mínimo 8 GB DDR4, expansível até pelo menos 16 GB, com 2 (dois) slots disponíveis.• Armazenamento: unidade de estado sólido (SSD) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de 512 GB.• Teclado: em português (Brasil), podendo ou não ser retroiluminado.• Cores: acabamento em tonalidade sóbria (ex.: preto carbono, cinza ou equivalente).• Câmera: integrada, resolução mínima HD (720p) com microfone digital.• Portas mínimas:<ul style="list-style-type: none">o 1 (uma) porta HDMI,o 1 (uma) porta USB Type-C,o 2 (duas) portas USB Type-A (sendo ao menos uma versão 3.0 ou superior),o 1 (um) conector combinado de fone/microfone (headset),o 1 (uma) entrada para alimentação elétrica.o Slots de expansão: suporte a cartão SD ou equivalente; 1 (um) slot M.2 adicional para SSD.• Dimensões e Peso: peso máximo de 2 kg e espessura máxima de 2,5 cm, favorecendo mobilidade.• Garantia: mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em território nacional.	
1	2	<p>NOTEBOOK DE ALTO DESEMPENHO (15,6")</p> <p>Descrição mínima exigida: Notebook novo, de primeiro uso, com características técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Processador: mínimo 10 (dez) núcleos, cache de pelo menos 16 MB, frequência máxima compatível com até 4,5 GHz, de arquitetura atual (ex.: Intel Core i5 13ª geração, ou equivalente AMD).• Sistema Operacional: compatível com ambientes corporativos, podendo ser Windows 11 Pro, Ubuntu Linux 22.04 LTS ou equivalente.• Placa de Vídeo: dedicada, com no mínimo 6 GB de memória GDDR6, compatível com bibliotecas gráficas atuais (ex.: DirectX 12, OpenGL, CUDA ou equivalentes).• Tela: mínimo 15" com resolução Full HD (1920 x 1080), brilho de 250 nits ou superior, taxa de atualização mínima de 120 Hz e tecnologia que garanta boa visualização em diferentes ângulos (ex.: WVA, IPS ou equivalente).• Memória RAM: mínimo 8 GB DDR5, frequência mínima de 4.000 MHz, expansível até pelo menos 32 GB, com 2 (dois) slots disponíveis.• Armazenamento: SSD PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de 256 GB.• Teclado: em português (Brasil), numérico, podendo ou não ser retroiluminado.• Portas mínimas:<ul style="list-style-type: none">1 (uma) porta HDMI (versão 2.0 ou superior),1 (uma) porta USB-C com suporte a DisplayPort,3 (três) portas USB-A 3.0 ou superior,1 (uma) porta RJ45 (Ethernet),1 (um) conector combinado de fone/microfone (headset).• Conectividade: Wi-Fi 6 (802.11ax) ou equivalente, com Bluetooth integrado.• Áudio e câmera: alto-falantes estéreo embutidos e câmera integrada com resolução mínima HD (720p) e microfone digital.• Bateria: mínima de 3 células, com capacidade de pelo menos 50 Wh.• Adaptador de energia: bivolt automático, potência compatível com o equipamento, mínimo de 180W.• Garantia: mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em território nacional.	1
1	3	<p>CARREGADOR INTELIGENTE PARA PILHAS RECARREGÁVEIS (AA / AAA)</p> <p>Descrição mínima exigida:</p> <ul style="list-style-type: none">• Carregador novo, de primeiro uso, compatível com pilhas recarregáveis dos tipos AA e AAA, químicas Ni-MH ou Ni-Cd.• Capacidade para recarregar pelo menos 16 pilhas simultaneamente, com canais independentes de carga.• Voltagem de saída por canal: mínimo 1,2 V; corrente suficiente para recarga segura e eficiente (ex.: ~500 mA para AA, ~250 mA para AAA ou proporcional).• Fonte de alimentação bivolt (100-240 V, 50/60 Hz) com adaptador ou fonte compatível, opcionalmente com cabo para alimentação veicular.• Função de proteção contra curto-circuito, sobretemperatura, polaridade	1



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

		<p>inversa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicador visual de status de carga por pilha (ex: display com barras/níveis) e função tipo "refresh" ou equivalente para pilhas com efeito memória ou não usadas por longo período. • Corte automático de carga após tempo seguro para evitar sobrecarga (ex: limite de ~8 horas ou equivalente). • Peso/ dimensão compatíveis com uso portátil (não é obrigatório ser ultraportátil, mas adequado para transporte). • Garantia mínimo de 12 meses. 	
1	4	<p>CÂMERA BULLET IP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: Câmera do tipo "Bullet" para uso externo/industrial/comercial. • Alimentação: PoE (Power over Ethernet), padrão IEEE 802.3af (ou superior). • Resolução mínima: 2 Megapixels (Full HD – 1920x1080). • Lente fixa: 2,8 mm (ou equivalente que proporcione campo de visão similar). • Proteção ambiental: grau de proteção mínimo IP66 ou IP67, resistente a água e poeira. • Visão noturna: infravermelho para ambientes com pouca luz, com bom alcance mínimo de 20-30 metros. • Tecnologia de compressão: compatível com H.264 / H.265 (ou versões avançadas) para otimização de largura de banda e armazenamento. • Compatibilidade com protocolo ONVIF ou equivalente, para integração com sistemas de videomonitoramento. • Funções de imagem: ajuste automático de dia/noite, redução de ruído (2D/3D DNR), WDR ou ampla faixa dinâmica, detecção de movimento ou alertas básicos (opcional mas recomendado). • Temperaturas de operação: adequada para uso externo, por exemplo de -20°C a +55°C ou equivalente. • Garantia mínima: 12 (doze) meses, com assistência técnica em território nacional. 	3
1	5	<p>Switch PoE</p> <p>Switch de Rede com as seguintes características técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 4 (quatro) portas PoE 10/100 Mbps, compatíveis com o padrão IEEE 802.3af/at (PoE ativo); • Mínimo de 2 (duas) portas Uplink 10/100 Mbps; • Capacidade de comutação mínima de 1,6 Gbps; • Método de transmissão: Store and Forward (armazenamento e encaminhamento); • Alimentação PoE ativa, com proteção contra sobrecarga; • Estrutura física com dimensões adequadas para instalação em mesa (desktop); • Peso aproximado até 1 kg; • Indicado para uso em aplicações de CFTV IP e redes corporativas de pequeno porte; • Garantia mínima de 12 (doze) meses, com suporte em território nacional. 	1
1	6	<p>PILHA RECARREGÁVEL DO TIPO AA (TAMANHO PADRÃO, JOGO COM 4 PILHAS)</p> <p>Pilhas estinada à alimentação de microfones sem fio de mesa (tipo gooseneck), compatível com carregadores inteligentes e com alta durabilidade de ciclos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo: Pilha recarregável AA - Composição química: Níquel-Hidreto Metálico (NiMH) - Tensão nominal: 1,2/1,5 V - Capacidade mínima: 2500 mAh (real, não nominal) - Formato: AA (HR6) - Ciclos de recarga: ≥ 1000 ciclos completos de carga e descarga - Autodescarga reduzida: tecnologia de baixa autodescarga (mantém ≥ 70% da carga após 12 meses sem uso) - Proteção contra sobrecarga: compatível com carregadores inteligentes com corte automático - Não contém efeito memória. - Pacote com 4 pilhas. <p>- Marcas de Referência:</p> <p>Panasonic Sony Philips Elgin Multilaser</p>	6



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

6.4. Justificativa para aglutinação dos itens em dois lotes distintos

6.4.1. Optou-se pela aglutinação dos itens em um único lote, considerando tratar-se de aquisição de pequeno porte, em que a concentração dos bens em conjunto favorece a economia de escala, proporcionando melhores condições comerciais e maior racionalidade na contratação.

6.4.2. A estruturação em lote único também simplifica o processo licitatório e a gestão contratual, sem prejuízo da competitividade, uma vez que os itens possuem natureza complementar e podem ser fornecidos por empresas do ramo de informática e audiovisual.

6.4.3. Dessa forma, a adoção de lote único encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E VALOR ESTIMADO

7.1.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 13.676,50 (TREZE MIL SEISCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

7.1.2. O critério empregado para obtenção do valor de referência foi o cálculo da média/mediana, encontrando-se expostos no mapa de preços constante deste Processo.

1.1.1. Justificativa para a Realização da Pesquisa de Preços Diretamente com Fornecedores

7.1.3. A pesquisa de preços realizada para composição do valor estimado da presente contratação foi conduzida diretamente junto a fornecedores especializados, considerando as particularidades técnicas dos itens e a necessidade de garantir valores atualizados e compatíveis com a realidade do mercado.

7.1.4. Optou-se pela realização da cotação em lote único, conforme justificado no item 6.4 deste ETP, em razão da pequena dimensão da contratação e da busca por economia de escala.

7.1.5. Com o intuito de assegurar a comparabilidade entre as propostas e a coerência da estimativa, os fornecedores consultados foram orientados a cotar a totalidade dos itens do lote, de forma completa. Apenas foram consideradas válidas as cotações que apresentaram valores para todos os itens, garantindo homogeneidade e precisão nos dados utilizados para formação do valor global estimado.

7.1.6. Adicionalmente, foram realizadas consultas em bases públicas oficiais, como o Paine de Preços do Governo Federal (Compras.gov.br) e outros sistemas de registro de preços. Contudo, não foram encontrados registros compatíveis com o objeto da presente contratação, seja pela ausência de processos similares ou pela defasagem técnica dos itens ali disponíveis.

7.1.7. Dessa forma, a pesquisa direta junto ao mercado mostrou-se o método mais eficaz, transparente e seguro para levantamento de preços atualizados, permitindo à Administração estimar com maior precisão o custo da contratação, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

7.2. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.2.1. Nos termos do inciso VIII do §1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública deve parcelar as contratações sempre que técnica e economicamente viável, visando à ampliação da competitividade e à seleção da proposta mais vantajosa.

7.2.2. No presente caso, após análise técnica, concluiu-se pela não adoção do parcelamento, uma vez que os itens possuem natureza complementar e integração funcional, devendo ser adquiridos em lote único. Essa opção é justificada pela pequena dimensão da contratação e pela busca de economia de escala, que torna a aglutinação mais vantajosa para a Administração.

7.2.3. A aquisição em lote único simplifica o processo licitatório, favorece a gestão contratual e não compromete a competitividade, considerando que existem fornecedores no mercado capazes de atender ao conjunto dos itens.

7.2.4. Dessa forma, a decisão de não parcelar a contratação encontra respaldo técnico, econômico e jurídico, promovendo maior eficiência e atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

8.1. Considerando a natureza do objeto, sua especificidade, a previsibilidade da demanda e o caráter pontual da aquisição, a forma mais adequada de contratação é por meio de Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, nos termos do Inciso II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A utilização da modalidade eletrônica proporciona ampla competitividade, transparência, publicidade, isonomia e economicidade ao processo licitatório, além de estar alinhada com as diretrizes de governança, inovação e eficiência estabelecidas na legislação vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

8.3. A contratação será realizada por demanda previamente definida, com entrega única e integral dos itens, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, no local e prazo estabelecidos no edital.

8.4. Dessa forma, a forma de contratação proposta atende plenamente aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, publicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme dispõe o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

9. NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

10. CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTE

10.1. No presente caso, a execução do objeto ora demandado — aquisição de materiais e equipamentos de informática e vídeo para a complementação da modernização do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG — não está diretamente vinculada à existência de contratos administrativos complexos ou estruturantes em andamento, tampouco depende da execução simultânea de ações governamentais em outras áreas.

10.2. No entanto, ressalta-se que, para assegurar a plena operacionalização do novo sistema de sonorização, será necessária a contratação complementar de profissional técnico especializado, com conhecimento na área de áudio profissional, para realizar os serviços de instalação, configuração e treinamento de operação dos equipamentos.

10.3. Tal contratação é considerada de natureza acessória e pontual, visando garantir a correta integração dos equipamentos adquiridos e a adequada capacitação dos servidores responsáveis pela utilização do sistema. Não se trata de contrato de fornecimento interdependente, mas sim de prestação de serviço técnico complementar, que poderá ser realizada por profissional autônomo ou empresa especializada, conforme avaliação da Câmara Municipal.

10.4. Os itens relacionados à parte de informática — como tablet, roteador, câmera e pen drives — são de uso complementar ao sistema de som, em apoio às atividades legislativas e institucionais da Casa.

10.5. Assim, considera-se que, com exceção da contratação pontual de profissional técnico para viabilizar a instalação e o correto funcionamento do sistema de som, a presente contratação é majoritariamente autônoma, com aplicação imediata e sem dependência de outros contratos para garantir sua efetividade e utilidade pública.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. A contratação pretendida não se refere à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa em relação ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou à Lei Orçamentária Anual (LOA), estando, portanto, em conformidade com o art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

12.2. A despesa decorrente da presente contratação está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, estando inserida no planejamento orçamentário da Câmara, dentro da classificação funcional programática adequada que será indicada pelo Setor Contábil da Casa Legislativa. A contratação foi devidamente considerada no planejamento anual da Câmara, respeitando os limites legais e os princípios da responsabilidade fiscal e do equilíbrio orçamentário.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. A presente contratação tem como resultado pretendido a modernização, ampliação e aprimoramento da infraestrutura audiovisual e de informática do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, por meio da aquisição de materiais e equipamentos devidamente especificados no Termo de Referência.

13.2. Com a aquisição e instalação dos novos equipamentos, espera-se:

- a) Melhorar significativamente a qualidade das transmissões e gravações das sessões plenárias, reuniões, audiências públicas e demais eventos oficiais realizados no Plenário;
- b) Proporcionar maior clareza e nitidez na comunicação institucional, beneficiando vereadores, servidores e cidadãos presentes;
- c) Ampliar a transparência e o acesso da população às atividades legislativas, por meio de sistemas digitais adequados para gravação, transmissão e arquivamento;



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

- d) Atualizar tecnologicamente a estrutura da Câmara, promovendo eficiência, confiabilidade e facilidade de operação dos equipamentos;
- e) Permitir a integração com dispositivos móveis e sistemas de informática já utilizados pela Casa Legislativa;
- f) Fortalecer a imagem institucional da Câmara perante os munícipes, evidenciando o compromisso com a melhoria dos serviços prestados ao público.

13.3. Espera-se, ainda, que os investimentos realizados contribuam para a durabilidade, padronização e redução de custos operacionais a médio prazo, por meio da utilização de equipamentos mais modernos, resistentes e com garantia adequada.

14. ANÁLISE DE RISCOS

14.1. Nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Matriz de Riscos é instrumento essencial de planejamento e gestão contratual, pois permite identificar, classificar e atribuir responsabilidades sobre eventos que possam comprometer o bom andamento da contratação.

14.2. A presente matriz foi elaborada com base no princípio do planejamento preventivo, com o objetivo de minimizar incertezas, assegurar a execução do objeto contratual e proteger o interesse público, especialmente no que se refere à aquisição dos materiais e equipamentos de som e informática.

Risco	Categoria	Probabilidade	Impacto	Plano de Mitigação/Contingência
Fornecimento de equipamentos incompatíveis com as especificações técnicas	Técnico	Média	Alto	Exigir catálogos e fichas técnicas na fase de proposta; realizar conferência rigorosa no recebimento do material.
Atraso na entrega dos equipamentos	Operacional/Logístico	Baixa	Médio	Estabelecer prazo contratual com penalidades; exigir cronograma de entrega.
Falhas na instalação ou má configuração do sistema de som	Técnico	Média	Alto	Contratar profissional técnico especializado para instalação e configuração; exigir testes de funcionamento.
Ausência de suporte técnico do fornecedor	Técnico/Contratual	Média	Médio	Exigir garantia mínima de 12 meses e documentação de assistência técnica autorizada no Brasil.
Incompatibilidade com equipamentos já existentes	Técnico	Baixa	Alto	Prever no TR a compatibilidade com caixas JBL Cl6S; validar previamente com fornecedor e profissional técnico.
Dificuldade dos servidores em operar os novos equipamentos	Operacional	Média	Médio	Incluir no planejamento a capacitação básica dos usuários durante a instalação/configuração do sistema.
Variação significativa de preços entre a estimativa e a licitação	Econômico	Média	Médio	Atualizar a estimativa com base em cotações recentes; prever possibilidade de realinhamento conforme a Lei.
Descontinuidade de modelos ofertados no momento da compra	Técnico/Operacional	Média	Médio	Permitir o fornecimento de equivalentes de qualidade igual ou superior, desde que previamente aprovados.
Recusa ou dificuldade	Jurídico/Contratual	Baixa	Alto	Incluir cláusula contratual de substituição em até 10 dias úteis



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

substituição de itens com defeito				após notificação formal da Administração.
--------------------------------------	--	--	--	--

14.3. A análise de riscos realizada demonstra que a contratação pretendida apresenta riscos gerenciáveis e de baixa a média complexidade, cuja mitigação pode ser adequadamente tratada por meio de planejamento técnico, cláusulas contratuais específicas e fiscalização efetiva.

14.4. As ações preventivas e corretivas descritas na matriz serão essenciais para garantir o cumprimento do contrato com eficiência, economicidade e regularidade, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.

14.5. Dessa forma, a contratação da empresa para fornecimento das fantasias temáticas atende aos critérios de segurança jurídica e previsibilidade, estando apta para prosseguimento conforme a legislação vigente.

15. CONCLUSÃO

15.1. Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.

Japaraíba, 01 de setembro de 2025

Simone Edina Teixeira Ribeiro
Assessora Legislativa



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

ANEXO III – PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA Nº 016/2025
Processo Administrativo nº 017/2025

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática e vídeo, incluindo notebooks de uso corporativo e de alto desempenho, visando à complementação para modernização do sistema de sonorização e audiovisual do Plenário da Câmara Municipal de Córrego Danta/MG, conforme condições, especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência.

Nome da Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Fone:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Responsável:

CPF:

RG:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA E MODELO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	1	NOTEBOOK DE USO CORPORATIVO, NOVO Equipamento de primeiro uso, com as seguintes características técnicas mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Processador: mínimo 6 (seis) núcleos físicos, frequência compatível com desempenho de até 4,5 GHz, cache mínimo de 8 MB ou superior, arquitetura atual de mercado.• Sistema Operacional: compatível com ambientes corporativos, podendo ser Windows 11 Pro, Ubuntu Linux 22.04 LTS ou equivalente.• Placa de Vídeo: integrada ao processador, compatível com resolução Full HD e aceleração gráfica.• Tela: mínimo 15" com resolução Full HD (1920 x 1080), tecnologia que proporcione melhor ângulo de visão (WVA, IPS ou equivalente) e taxa de atualização mínima de 60 Hz.• Memória RAM: mínimo 8 GB DDR4, expansível até pelo menos 16 GB, com 2 (dois) slots disponíveis.• Armazenamento: unidade de estado sólido (SSD) PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de 512 GB.• Teclado: em português (Brasil), podendo ou não ser retroiluminado.• Cores: acabamento em tonalidade sóbria (ex.: preto carbono, cinza ou equivalente).• Câmera: integrada, resolução mínima HD (720p) com microfone digital.• Portas mínimas:<ul style="list-style-type: none">o 1 (uma) porta HDMI,o 1 (uma) porta USB Type-C,o 2 (duas) portas USB Type-A (sendo ao menos uma versão 3.0 ou superior),o 1 (um) conector combinado de fone/microfone (headset),o 1 (uma) entrada para alimentação elétrica.o Slots de expansão: suporte a cartão SD ou equivalente; 1 (um) slot M.2 adicional para SSD.• Dimensões e Peso: peso máximo de 2 kg e espessura máxima de 2,5 cm, favorecendo mobilidade.• Garantia: mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em território nacional.	1		R\$	R\$
1	2	NOTEBOOK DE ALTO DESEMPENHO (15,6") Descrição mínima exigida: Notebook novo, de primeiro uso, com características técnicas	1		R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

		<p>mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Processador: mínimo 10 (dez) núcleos, cache de pelo menos 16 MB, frequência máxima compatível com até 4,5 GHz, de arquitetura atual (ex.: Intel Core i5 13ª geração, ou equivalente AMD).• Sistema Operacional: compatível com ambientes corporativos, podendo ser Windows 11 Pro, Ubuntu Linux 22.04 LTS ou equivalente.• Placa de Vídeo: dedicada, com no mínimo 6 GB de memória GDDR6, compatível com bibliotecas gráficas atuais (ex.: DirectX 12, OpenGL, CUDA ou equivalentes).• Tela: mínimo 15" com resolução Full HD (1920 x 1080), brilho de 250 nits ou superior, taxa de atualização mínima de 120 Hz e tecnologia que garanta boa visualização em diferentes ângulos (ex.: WVA, IPS ou equivalente).• Memória RAM: mínimo 8 GB DDR5, frequência mínima de 4.000 MHz, expansível até pelo menos 32 GB, com 2 (dois) slots disponíveis.• Armazenamento: SSD PCIe NVMe M.2 com capacidade mínima de 256 GB.• Teclado: em português (Brasil), numérico, podendo ou não ser retroiluminado.• Portas mínimas:<ul style="list-style-type: none">1 (uma) porta HDMI (versão 2.0 ou superior),1 (uma) porta USB-C com suporte a DisplayPort,3 (três) portas USB-A 3.0 ou superior,1 (uma) porta RJ45 (Ethernet),1 (um) conector combinado de fone/microfone (headset).• Conectividade: Wi-Fi 6 (802.11ax) ou equivalente, com Bluetooth integrado.• Áudio e câmera: alto-falantes estéreo embutidos e câmera integrada com resolução mínima HD (720p) e microfone digital.• Bateria: mínima de 3 células, com capacidade de pelo menos 50 Wh.• Adaptador de energia: bivolt automático, potência compatível com o equipamento, mínimo de 180W.• Garantia: mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em território nacional.				
1	3	<p>CARREGADOR INTELIGENTE PARA PILHAS RECARREGÁVEIS (AA / AAA)</p> <p>Descrição mínima exigida:</p> <ul style="list-style-type: none">• Carregador novo, de primeiro uso, compatível com pilhas recarregáveis dos tipos AA e AAA, químicas Ni-MH ou Ni-Cd.• Capacidade para recarregar pelo menos 16 pilhas simultaneamente, com canais independentes de carga.• Voltagem de saída por canal: mínimo 1,2 V; corrente suficiente para recarga segura e eficiente (ex.: ~500 mA para AA, ~250 mA para AAA ou proporcional).• Fonte de alimentação bivolt (100-240 V, 50/60 Hz) com adaptador ou fonte compatível, opcionalmente com cabo para alimentação veicular.• Função de proteção contra curto-circuito, sobretemperatura, polaridade inversa.• Indicador visual de status de carga por pilha (ex: display com barras/níveis) e função tipo "refresh" ou equivalente para pilhas com efeito memória ou não usadas por longo período.• Corte automático de carga após tempo seguro para evitar sobrecarga (ex: limite de ~8 horas ou equivalente).• Peso/ dimensão compatíveis com uso portátil (não é obrigatório ser ultraportátil, mas adequado para transporte).• Garantia mínimo de 12 meses.	1		R\$	R\$
1	4	<p>CÂMERA BULLET IP</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Câmera do tipo "Bullet" para uso externo/industrial/comercial.• Alimentação: PoE (Power over Ethernet), padrão IEEE 802.3af (ou superior).• Resolução mínima: 2 Megapixels (Full HD – 1920x1080).• Lente fixa: 2,8 mm (ou equivalente que proporcione campo de visão similar).• Proteção ambiental: grau de proteção mínimo IP66 ou IP67, resistente à água e poeira.	3		R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

		<ul style="list-style-type: none">• Visão noturna: infravermelho para ambientes com pouca luz, com bom alcance mínimo de 20-30 metros.• Tecnologia de compressão: compatível com H.264 / H.265 (ou versões avançadas) para otimização de largura de banda e armazenamento.• Compatibilidade com protocolo ONVIF ou equivalente, para integração com sistemas de videomonitoramento.• Funções de imagem: ajuste automático de dia/noite, redução de ruído (2D/3D DNR), WDR ou ampla faixa dinâmica, detecção de movimento ou alertas básicos (opcional mas recomendado).• Temperaturas de operação: adequada para uso externo, por exemplo de -20°C a +55°C ou equivalente.• Garantia mínima: 12 (doze) meses, com assistência técnica em território nacional.				
1	5	Switch PoE Switch de Rede com as seguintes características técnicas mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Mínimo de 4 (quatro) portas PoE 10/100 Mbps, compatíveis com o padrão IEEE 802.3af/at (PoE ativo);• Mínimo de 2 (duas) portas Uplink 10/100 Mbps;• Capacidade de comutação mínima de 1,6 Gbps;• Método de transmissão: Store and Forward (armazenamento e encaminhamento);• Alimentação PoE ativa, com proteção contra sobrecarga;• Estrutura física com dimensões adequadas para instalação em mesa (desktop);• Peso aproximado até 1 kg;• Indicado para uso em aplicações de CFTV IP e redes corporativas de pequeno porte;• Garantia mínima de 12 (doze) meses, com suporte em território nacional.	1		R\$	R\$
1	6	PILHA RECARREGÁVEL DO TIPO AA (TAMANHO PADRÃO, JOGO COM 4 PILHAS) Pilhas estinada à alimentação de microfones sem fio de mesa (tipo gooseneck), compatível com carregadores inteligentes e com alta durabilidade de ciclos. <ul style="list-style-type: none">- Tipo: Pilha recarregável AA- Composição química: Níquel-Hidreto Metálico (NiMH)- Tensão nominal: 1,2/1,5 V- Capacidade mínima: 2500 mAh (real, não nominal)- Formato: AA (HR6)- Ciclos de recarga: ≥ 1000 ciclos completos de carga e descarga- Autodescarga reduzida: tecnologia de baixa autodescarga (mantém ≥ 70% da carga após 12 meses sem uso)- Proteção contra sobrecarga: compatível com carregadores inteligentes com corte automático- Não contém efeito memória.- Pacote com 4 pilhas. - Marcas de Referência: Panasonic Sony Philips Elgin Multilaser	6		R\$	R\$
TOTAL: R\$						

O fornecedor deverá apresentar após a fase de lances, juntamente com a proposta final, o catálogo técnico ilustrado ou ficha descritiva dos equipamentos ofertados, com informações como marca, modelo, especificações detalhadas e certificações aplicáveis.

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ (valor por extenso).

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros.



CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Rua Adão Dantas, 158 - Centro, Córrego Danta/MG - CEP: 38990-000

Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Aviso de Dispensa e seus Anexos.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data. Prazo de Entrega: Conforme Edital.

Declaro que no preço acima mencionado está incluso lucro, transporte, (carga e descarga), impostos, taxas, encargos sociais e tributários.

Condições de Pagamento: Conforme o Aviso de Dispensa.

Córrego Danta/MG, XX de julho de 2.025.

Nome e assinatura do responsável - CPF
Nome da empresa